



DATA DA REUNIÃO: DOZE DE JULHO DE DOIS MIL E SETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ ANTÓNIO MAIA PEREIRA – PSD – PRESENTE DURANTE PARTE DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento do seu despacho de vinte e sete de Junho findo, por si proferido ao abrigo de competência delegada por deliberação da Câmara Municipal, que aprovou a 6ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, que consistiu na 5ª alteração ao Orçamento da Despesa, e na 4ª Alteração ao PPI, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes cinco folhas.-----

b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento do seu despacho de trinta de Abril último que homologou a execução de trabalhos a mais na empreitada de “Alargamento e Pavimentação da Rua da Calçada, freguesia de Burgães” no valor de 26.187,54 € (vinte e seis mil cento e oitenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada pelo valor inicial de 109.997,34 € (cento e nove mil novecentos e noventa e sete euros e trinta e quatro cêntimos) à sociedade Jaime Queirós Ribeiro Lda, por despacho de doze de Julho de dois mil e seis, do qual o executivo tomou conhecimento em reunião ordinária realizada no dia dois de Agosto do mesmo ano.-----

c) Pelo Senhor Vereador Dr. José António Maia Pereira foi dito que não recebeu o expediente dos assuntos agendados para esta reunião, pelo que, como forma de protesto, se ausentaria da reunião, pois não estava em condições de se pronunciar sobre os assuntos.-----

Seguidamente, e depois de ter sido esclarecido que o expediente foi enviado pelo correio no passado dia seis do corrente mês de Julho, para a morada do Senhor Vereador, o Senhor



A handwritten signature in the top right corner of the page.

Presidente questionou o Senhor Vereador se a sua atitude pretendia ser uma forma de protesto contra os CTT ou contra a câmara municipal, ao que o Senhor Vereador respondeu que era “contra a situação”.-----

De seguida, ausentou-se da reunião.-----

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/JULHO/2007 – ACTA N.º 14

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (27/6/2007)
- 2 – Constituição de direito de superfície sobre um prédio urbano sito na Rua Dr. Oliveira Salazar, da cidade de Santo Tirso a favor da “Fundação de Santo Thyrsos”: Alteração da área e do valor atribuído ao prédio
- 3 – Alteração (1ª alteração) à operação de loteamento de iniciativa municipal aprovada por deliberação camarária de 31/03/2004, de um prédio urbano sito na Rua Dr. Oliveira Salazar, Santo Tirso: Despacho do Senhor Presidente da Câmara: Conhecimento
- 4 – Plano de Acção do Contrato Local de Desenvolvimento Social: Aprovação
- 5 - “Beneficiação de arruamento na freguesia de Santa Cristina do Couto – Av. Abade Pedrosa”: Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno (parcela 9) necessária à execução da obra.
- 6 – Proposta de atribuição de subsídios para colónias de férias
- 7 – Proposta de atribuição de subsidio de Livros e Material Escolar 2007/2008 – 1ª Fase
- 8 – Reconstrução de muro de suporte no lugar da Abelha, freguesia de Burgães: Revogação da deliberação camarária de 04/04/2007 (item 12.A) da respectiva acta)
- 9 – Outros Subsídios



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 06 de Julho de 2007

Presidente,



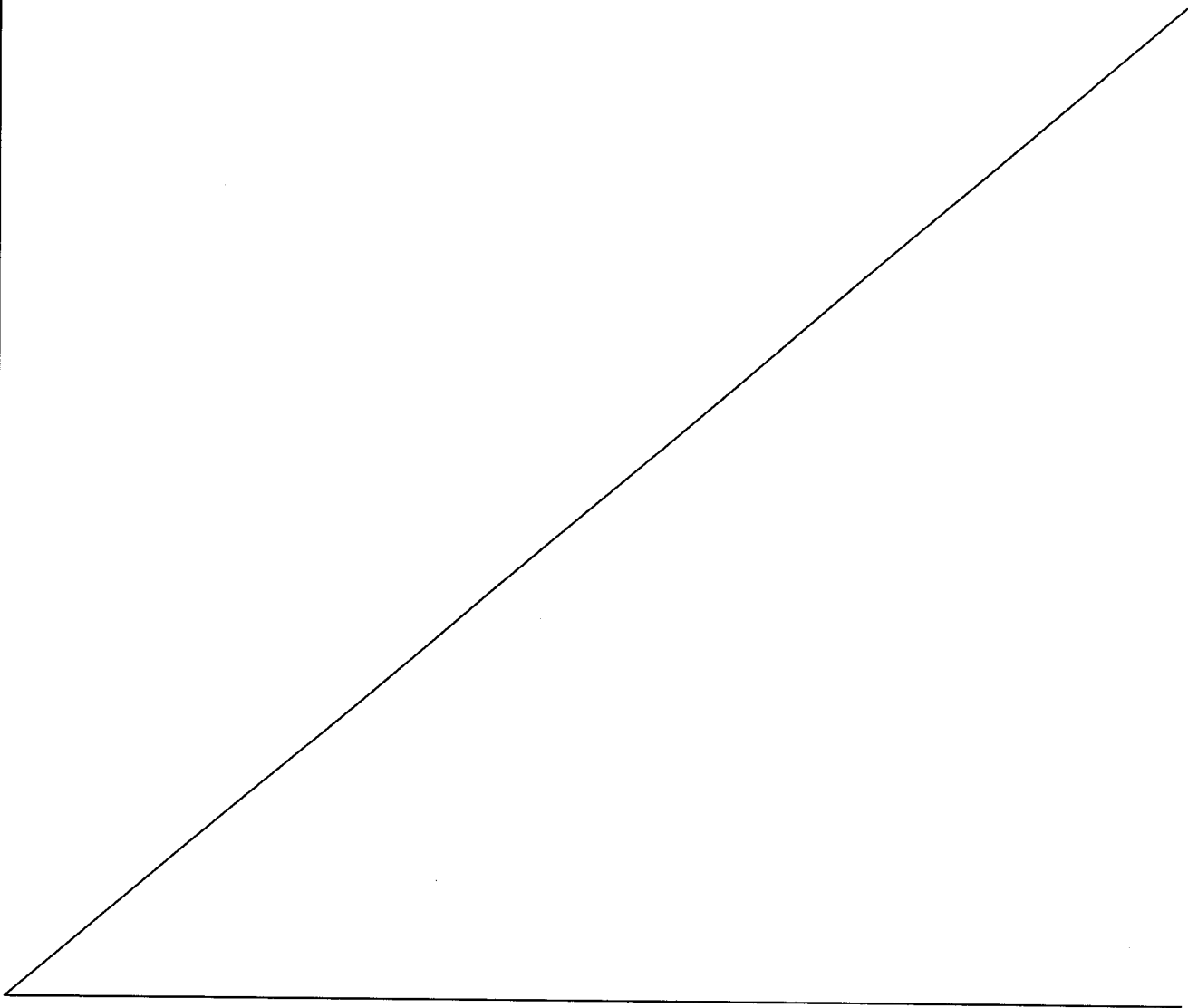
A handwritten signature in black ink, located in the upper right corner of the page.

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (27/06/2007).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de Junho findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com seis votos a favor.-----





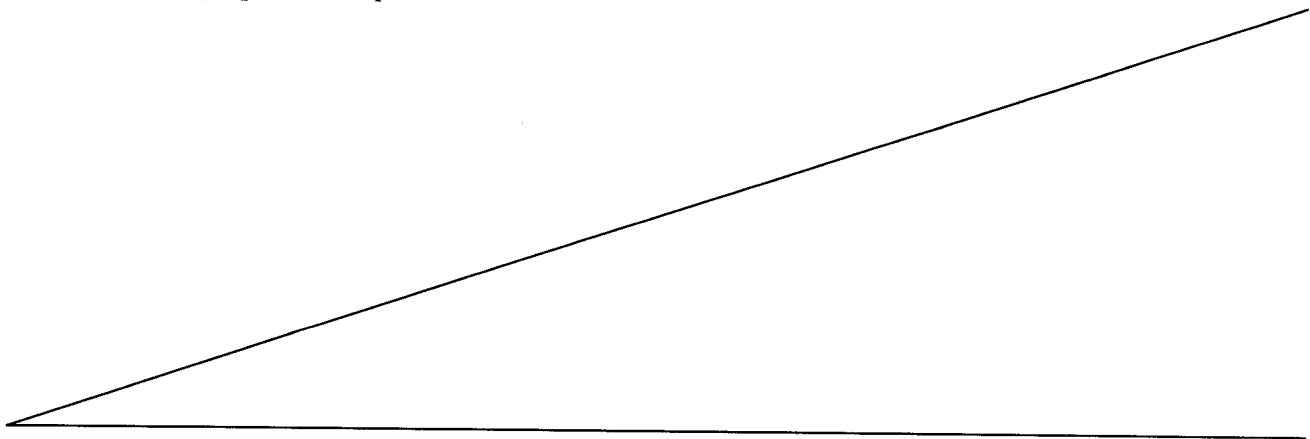
2. CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE UM IMÓVEL URBANO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA SALAZAR, FREGUESIA E CONCELHO DE SANTO TIRSO A FAVOR DA “FUNDAÇÃO DE SANTO THYRSO”: ALTERAÇÃO DA ÁREA E DO VALOR ATRIBUÍDO AO PRÉDIO.-----

Presente informação de vinte e nove de Junho findo, da Directora do Departamento Administrativo, registada com o número nove mil quinhentos e dezasseis, a informar que a área do prédio descrito na minuta de cedência de direito de superfície anexa à deliberação camarária de vinte e sete de Junho findo (item sete da respectiva acta) é de 1.939 m² (mil novecentos e trinta e nove metros quadrados) e não 1.982 m² (mil novecentos e oitenta e dois metros quadrados) conforme consta daquela minuta.-----

Anexa ainda minuta da respectiva escritura de constituição do direito de superfície, devidamente rectificadada .-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse rectificar a área e valor atribuído ao prédio em causa, identificado como lote dois na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante (Anexo I) e melhor descrito na minuta da escritura anexa à presente acta e que dela fica também a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas, e remetesse a presente deliberação à próxima sessão da assembleia municipal para conhecimento.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

MINUTA DE

Cedência do direito de superfície
sobre um prédio urbano sito na
Rua Dr. Oliveira Salazar, da
cidade de Santo Tirso.

Aos _____ dias do mês de Julho do ano dois mil e sete, nesta cidade de Santo Tirso e sede da Câmara Municipal, perante mim _____, exercendo as funções de Notária Privativa da mesma Câmara, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara de vinte e cinco de Outubro de dois mil e cinco, compareceram como outorgantes:-----

Primeiro - Eng^o António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, deste concelho, residente na Rua de S. Bento da Batalha, n^o 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do respectivo Município, pessoa colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, o que tudo é do meu conhecimento pessoal.-----

Segundo - _____ o qual outorga na qualidade _____ e em representação da “Fundação de Santo Thyrsso”, constituída por escritura pública celebrada em vinte e oito de Setembro de dois mil e seis, neste Notariado Privativo, exarada a folhas cinquenta e oito do livro de notas para escrituras diversas número cento e vinte, titular do cartão provisório de pessoa colectiva número 507 855 620, com sede na Rua Dr. Oliveira Salazar, n^o 88, freguesia e concelho de Santo Tirso.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

09

Verifiquei a identidade do segundo outorgante por _____ e a
qualidade e suficiência dos poderes para intervenção neste acto por
_____.

Pelo primeiro outorgante foi dito:-----

Primeiro – Que o Município de Santo Tirso, que aqui representa, é dono e legítimo proprietário de um prédio urbano, com a área de mil novecentos e trinta e nove metros quadrados, sito na Rua Dr. Oliveira Salazar, da freguesia e concelho de Santo Tirso, composto por um edifício com a área de oitocentos e cinquenta e um metros quadrados, anexo com duzentos metros quadrados e logradouro com oitocentos e oitenta e oito metros quadrados, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número três zero quatro cinco/dois zero zero sete zero sete zero três, omissa na matriz predial urbana, mas tendo sido apresentada declaração para inscrição em vinte e oito de Junho findo, ao qual foi atribuído o artigo provisório Pcinco mil seiscientos e oito.-----

Segundo – Que, em execução da deliberação camarária de vinte e sete de Junho findo, constitui a favor da Fundação de Santo Tyrso, a título gratuito e pelo prazo de trinta anos, o direito de superfície sobre o prédio atrás identificado.-----

Terceiro – O prédio identificado em primeiro destina-se à execução do projecto denominado “Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica de Santo Tirso”, ficando a representada do segundo outorgante desde já autorizada a executar no prédio as obras de recuperação e ampliação necessárias para esse efeito, conforme projecto aprovado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de _____.

Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a sua representada o presente contrato nos seus precisos termos e por ambos os outorgantes foi dito que



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

atribuem ao prédio sobre o qual é constituído o direito de superfície o valor de 437.575,00 € (quatrocentos e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco euros) e que, conseqüentemente, o valor actual do direito de superfície, calculado nos termos da regra constante da alínea i) do artigo 13º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis é de 175.030,00 € (cento e setenta e cinco mil e trinta euros).-----

Pelo primeiro outorgante foi dito ainda que a constituição do direito de superfície foi autorizada pela assembleia municipal por deliberação de vinte e oito de Junho findo.-----

Foram-me exibidos os seguintes documentos:-----

a) Certidão emitida em seis do corrente mês de Julho pela Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso, pela qual verifiquei a aludida descrição na Conservatória e que o prédio se encontra inscrito em nome do Município de Santo Tirso pela inscrição G-AP.1 de 2006/0814.-----

Verifiquei também pela mesma certidão que se encontra registada naquela conservatória a respectiva Autorização de loteamento.-----

b) Duplicado da declaração modelo 1 apresentada no Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e oito do mesmo mês de Junho, pela qual verifiquei que foi atribuído ao prédio o artigo provisório P 5608.-----

c) A aludida deliberação da Câmara Municipal de Santo Tirso de vinte e sete de Junho findo.-----

d) A aludida deliberação da Assembleia Municipal.-----

Esta escritura foi lida em voz alta e explicado o respectivo conteúdo na presença simultânea dos outorgantes.-----



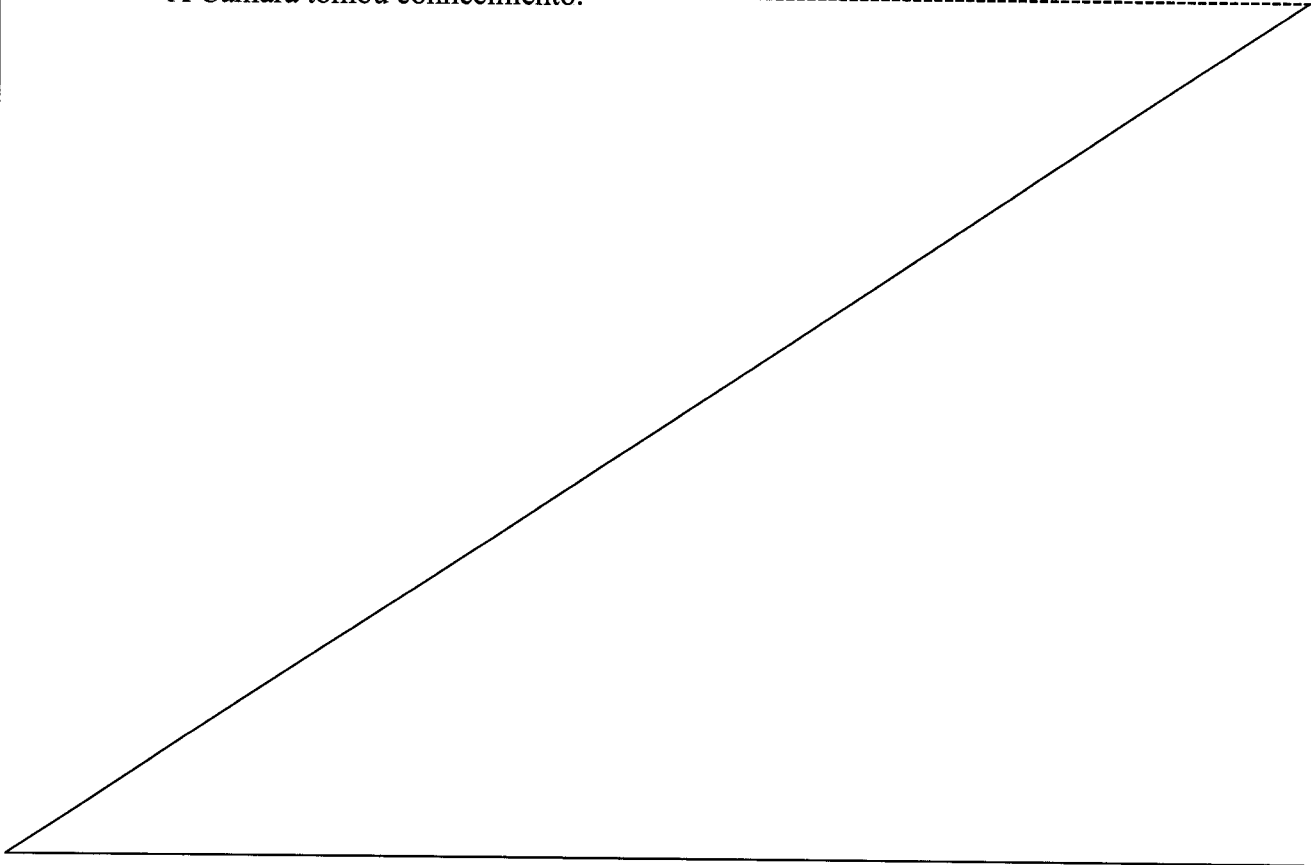
67

3. ALTERAÇÃO (1ª ALTERAÇÃO) À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DE INICIATIVA MUNICIPAL APROVADA POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 31/03/2004, DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA SALAZAR, SANTO TIRSO: DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: CONHECIMENTO.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de vinte e oito de Junho findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, que decidiu aprovar uma alteração à operação de loteamento aprovada por deliberação camarária de trinta e um de Março de dois mil e quatro, item quinze da respectiva acta (Prédio correspondente à antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso).-----

A planta do respectivo loteamento constitui o Anexo I da presente acta.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

12

Despacho

Eng^o António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência prevista no n^o 2 do artigo 5^o do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, decido aprovar uma alteração (1^a alteração) à operação de loteamento aprovada por deliberação da câmara municipal de trinta e um de Março de 2004 (item quinze da respectiva acta), rectificada por deliberação do mesmo órgão de nove de Junho do mesmo ano (item sete da respectiva acta), registada na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso pela inscrição F-1 à descrição n^o 02785/23072004 da freguesia de Santo Tirso.

Operação de loteamento localiza-se em área abrangida pelo Plano de Urbanização das Margens do Ave, o qual contém as menções referidas na parte final da alínea a) do n^o 2 do artigo 4^o do referido Decreto-Lei 555/99.

Da presente alteração resultam dois lotes (lotes números um e dois), com a seguinte descrição:

Lote 1: Com a área de 61.700 m² (sessenta e um mil setecentos metros quadrados), que fica a confrontar de Norte e Nascente com o Rio Ave, de Sul com a Rua Dr. Oliveira Salazar, Banco Comercial Português S.A. e lote 2 e do Poente com Banco Comercial Português S.A. e Gabriela Fanzeres Machado Correia, António Barroso Maia e Bernardino de Sousa Ferreira, e que é constituído pela área dos prédios urbanos inscritos na matriz predial respectiva sob os artigos 362 (trezentos e sessenta e dois), 363 (trezentos e sessenta e três), 365 (trezentos e sessenta e cinco), 366 (trezentos e sessenta e seis), 1210 (mil duzentos e dez), 1272 (mil duzentos e setenta e dois), 1390 (mil trezentos e noventa), 1391 (mil trezentos e noventa e um), 1429 (mil quatrocentos e vinte e nove), 1505 (mil quinhentos e cinco), 1602 (mil seiscentos e dois), 2638 (dois mil seiscentos e trinta e oito) e 5409 (cinco mil quatrocentos e nove).



Lote 2: Com a área de 1.939 m² (mil novecentos e trinta e nove metros quadrados), que fica a confrontar de Norte, Nascente e Poente com município de Santo Tirso (lote 1) e de Sul com a Rua Dr. Oliveira Salazar e que é constituído pela área dos prédios urbanos inscritos na matriz predial respectiva sob os artigos 358 (trezentos e cinquenta e oito), 359 (trezentos e cinquenta e nove), 360 (trezentos e sessenta), 361 (trezentos e sessenta e um), 364 (trezentos e sessenta e quatro), 367 (trezentos e sessenta e sete), 368 (trezentos e sessenta e oito), 369 (trezentos e sessenta e nove), 370 (trezentos e setenta) e 1389 (mil trezentos e oitenta e nove).

As edificações correspondentes aos artigos urbanos 358, 359, 360, 361, 364, 368, 369 e 370 foram demolidas, correspondendo à área do logradouro deste lote, que é assim composto por um edifício de um pavimento com 851 m² (oitocentos e cinquenta e um metros quadrados), anexo com um pavimento com a área de 200 m² (duzentos metros quadrados) e logradouro com a área de 888 m² (oitocentos e oitenta e oito metros quadrados).

Da presente alteração não resulta alteração à utilização inicialmente aprovada – construção e instalação de equipamentos e serviços, públicos e privados, nas áreas culturais, de investigação, formação e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos.

As áreas máximas de construção e implantação, volume de construção, cêrcea máxima e número máximo de pisos estão definidos na ficha que se anexa ao presente despacho e que dele fica a fazer parte integrante.

Anexa-se também ao presente despacho e dele fica igualmente a fazer parte integrante, a planta do loteamento com as alterações agora aprovadas.

Sendo a operação de loteamento promovida pela autarquia, o presente despacho substitui, para todos os efeitos legais, o alvará de loteamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Em virtude de a operação de loteamento ter sido aprovada pela câmara municipal, remeter este despacho à próxima reunião de câmara para conhecimento e juntar o mesmo ao respectivo processo de aprovação do loteamento.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 28 de Junho de 2007

O Presidente da Câmara

António Alberto de Castro Fernandes



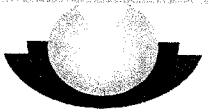
4. PLANO DE ACÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO VALE DO AVE: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação de seis do corrente mês de Julho, da Divisão de Acção Social, a comunicar que na sequência do Protocolo assinado entre os municípios de Santo Tirso, Trofa, Fafe e Póvoa de Lanhoso, o Instituto da Segurança Social, I.P e a Associação Sol do Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, ratificado em reunião camarária de dois de Maio último (item três da respectiva acta) foi elaborado o Plano de Acção do Contrato Local de Desenvolvimento Social do Vale do Ave para os próximos três anos, para cuja concretização está previsto um financiamento anual de 480.000,00 € (quatrocentos e oitenta mil euros), a distribuir pelo conjunto de acções transversais aos quatro municípios.-----

O Conselho Local de Acção Social deu parecer favorável àquele Plano, em reunião realizada em vinte de Junho findo.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, de harmonia com a competência prevista no n.º 1 da Norma XI do Regulamento do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, aprovado pela Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, deliberasse ratificar o referido Plano de Acção, o qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes cento e vinte folhas.-----

A Câmara deliberou, com seis votos a favor, ratificar o Plano em causa.-----

 SEGURANÇA SOCIAL	MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
	CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CLDS APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

Número do Projecto	(n.º atribuído pelo ISS, I.P.)
---------------------------	--------------------------------

Designação do Projecto

Denominação Social da Entidade Coordenadora Local da Parceria	SOL DO AVE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave
--	---

NIPC	5 0 3 0 7 7 0 8 9
-------------	-------------------

Estatuto Jurídico	Associação de Direito privado sem fins lucrativos
--------------------------	---

(incluir cópia dos respectivos estatutos no Anexo X)

Morada da Sede Social	Rua do Pombal, nº 386
------------------------------	-----------------------

Código Postal	4 8 0 0 - 0 2 3	Localidade	Azorem
----------------------	-----------------	-------------------	--------

Distrito	Braga	Concelho	Guimarães
-----------------	-------	-----------------	-----------

Telefone	2 5 3 5 1 2 3 3 3	Fax	2 5 3 5 1 2 4 1 9
-----------------	-------------------	------------	-------------------

Correio Electrónico	soldoave@soldoave.pt
----------------------------	----------------------

Pessoa de Contacto	Marta Coutada
---------------------------	---------------

Telefone	2 5 3 5 1 2 3 3 3	Fax	2 5 3 5 1 2 4 1 9
-----------------	-------------------	------------	-------------------

Correio Electrónico	administracao@soldoave.pt
----------------------------	---------------------------

Identificação do Coordenador do CLDS

Marta de Abreu Coutada

(anexar o curriculum vitae e a declaração de afectação ao CLDS no Anexo X)

Telefone	2 5 3 5 1 2 3 3 3	Fax	2 5 3 5 1 2 4 1 9
-----------------	-------------------	------------	-------------------

Correio Electrónico	administracao@soldoave.pt
----------------------------	---------------------------

Descreva sucintamente o perfil da entidade (missão, áreas de intervenção)
--

A Sol do Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, é uma Associação de Direito Privado sem Fins Lucrativos, que intervém no domínio do desenvolvimento regional, correspondendo a sua área geográfica de intervenção à globalidade da NUT III – Ave.

De acordo com o estabelecido nos seus estatutos, a Sol do Ave tem por finalidades promover as actividades necessárias ao desenvolvimento integrado do Vale do Ave, através da: elaboração de estudos; realização de campanhas, seminários, conferências e colóquios; realização e promoção de formação profissional; implementação de programas e projectos de âmbito económico, cultural e social; implementação de equipamentos sociais e serviços; promoção da melhoria das condições de habitação; cooperação inter-regional e internacional; promoção da igualdade de oportunidades entre Homens e Mulheres.

Constituída em Julho de 1993 como uma ILE (Iniciativa Local de Emprego), tendo sido, nesse contexto, apoiada pelo IEFP para a criação de cinco postos de trabalho, a Sol do Ave recebeu o Prémio à Criação de Emprego, atribuído pela Comissão Europeia no âmbito do Programa I.L.E.'s Mulheres.

A sua constituição decorre, em parte, das conclusões do I Plano Estratégico do Vale do Ave, da responsabilidade da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), apresentado em 1992. À data, o Vale do Ave apresentava carências ao nível da existência de Entidades que intervissem nas diferentes dinâmicas do desenvolvimento, mais precisamente, nas suas componentes imateriais. É pois, neste contexto, que se apresentava a necessidade de criação de uma Entidade que pudesse ser um Agente de Desenvolvimento Activo e Participativo no processo de mudança e de modernização do Território. Desta forma, por iniciativa da AMAVE, organismo que desde o início ocupa a Presidência da Direcção desta Instituição, e de um conjunto de jovens à procura do primeiro emprego, começava a ser trabalhado o Projecto SOL DO AVE que culminou com a constituição formal desta Entidade em Julho de 1993.

Desde então a Sol do Ave tem vindo a implementar um conjunto de acções no domínio do desenvolvimento da região, designadamente nas suas componentes mais imateriais, trabalho esse que tem vindo a ser intensificado e cujos resultados têm produzido um importante contributo para a promoção do desenvolvimento integrado e sustentado do Vale do Ave. Na verdade, a promoção da igualdade de oportunidades, a promoção do emprego, e a dinamização de acções de formação e sensibilização dirigidas para públicos socialmente mais vulneráveis têm caracterizado a maioria dos projectos e actividades implementadas pela Sol do Ave. Neste domínio podemos destacar, a título de exemplo, os projectos executados no âmbito da Iniciativa Comunitária Emprego, da Intervenção Operacional Integrar (Medidas 1, 2, 3 e 4), da Iniciativa Comunitária EQUAL – Projecto "Igualizar/Ave", do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixos 1, 2, 5), do Programa Operacional da Região Norte – Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 3), do Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Eixo Reforçar o Potencial Humano e os Serviços à Agricultura a Zonas Rurais, do Sistema de Aprendizagem, das Escola-Oficina, os Clubes de Emprego e UNIVAS, o Fórum para a Igualdade de Oportunidades, o projecto de Luta contra a Pobreza para os Bairros Sociais de Gondar e Atouguia (Guimarães), o Plano Municipal de Prevenção Primária – Projecto "Saber Crescer", o projecto "Despertar" do Programa PROGRIDE, entre outros. Junto anexamos, para conhecimento, o Curriculum Vitae da Instituição, documento que traduz, de forma global e objectiva, a evolução da Sol do Ave desde a data da sua constituição até ao momento actual, nas suas diversas áreas de intervenção.

Em termos de organização interna, a Sol do Ave está estruturada em Departamentos, dotados de recursos humanos próprios mas que interagem entre si, de forma articulada e coordenada, na implementação das diferentes actividades da Instituição. Para além dos Órgãos Sociais e da Coordenação Geral (Direcção e Administração), a Sol do Ave apresenta os seguintes Departamentos, a saber: Departamento de Formação e Desenvolvimento Social; Departamento de Desenvolvimento Rural; Departamento de Serviços de Gestão e Administração; Gabinete de Consultoria Socioeconómica; Departamento de Cooperação e Desenvolvimento. Esta Associação é acreditada pelo IQF, I.P. como Entidade Formadora nos seguintes domínios de intervenção: concepção, organização e promoção, desenvolvimento e execução, e outras formas de intervenção.

Importa ainda referir que a Sol do Ave é também acreditada: pela DGFV como Entidade promotora de um CRVCC, pela Secretaria de Estado de Modernização da Administração Pública; pela Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho como Entidade Formadora para acções de formação a realizar no âmbito do Programa Sectorial do Ministério da Agricultura para a Formação Agrária e, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural como Entidade Gestora do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER.

Objectivo Geral Promover a inclusão social dos cidadãos através de metodologias fundadas em processos participados e de parcerias, mediante o desenvolvimento de actividades com carácter multidimensional

Indicadores de Impacte (Objectivo Geral)	Fontes de verificação
Taxa de emprego criado pelas actividades do projecto	Registos do Gabinete de Atendimento na Empregabilidade
Nº de adultos que aumentam os seus níveis de qualificação	Registos do Gabinete de Atendimento na Empregabilidade
Nº de famílias que adquiriram competências parentais e alteraram comportamentos	Processos Familiares do Centro de Recursos e Qualificação
Nº de jovens que regressam à escola ou a percursos formativos	Processos Individuais do centro de Recursos e Qualificação
Nº de IPSS que melhoram a sua organização e inovam nas suas respostas	Processos das IPSS envolvidas nas acções
Nº de dinâmicas associativas criadas por públicos alvo do projecto	Registo de Associações
Nº de pessoas (crianças, jovens, população em idade activa, idosos) info-incluídas	Certificados
Nº de parcerias estabelecidas pelo projecto	Protocolos de parceria/Colaboração

N.º do objectivo específico	Objectivo(s) Específico(s) do Eixo de Intervenção 1	Indicadores (objectivo específico)	Fontes de verificação
1	30% da oferta formativa dos concelhos de Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso e Trofa, adequada às necessidades do mercado de trabalho, até final de 2010	Diagnóstico de Necessidades Formativas/concelho Nº de acordos de cooperação existentes entre entidades formadoras e empresas para a formação e inserção profissional Nº de acções de formação realizadas/concelho que incluíram, em todo o processo, uma articulação efectiva entre entidades empregadoras e formadoras Taxa de empregabilidade da formação realizada em cada concelho	Relatórios Acordos de cooperação Candidaturas apresentadas; Planos formativos aprovados/concelho, Relatórios das Acções Formativas Relatórios finais das acções formativas
2	50% da população activa atendida pelo Gabinete de Atendimento na Empregabilidade, adquiriram competências pessoais e profissionais necessárias à sua manutenção ou inserção no mercado de trabalho, até final de 2010	Nº de pessoas atendidas pelo gabinete envolvidas em acções de formação com dupla certificação nº de pessoas atendidas pelo gabinete envolvidas em processos de (re)qualificação profissional Nº de formandos que concluíram os seus percursos formativos com sucesso nº de pessoas atendidas no Gabinete envolvidas em processo de RVCC nº de pessoas atendidas certificadas pelos CNO's do território Nº de pessoas (re)qualificadas profissionalmente	Processos individuais do gabinete e Listagens de Formandos das Entidades Formadoras Processos individuais do gabinete e Listagens de Formandos das Entidades Formadoras Certificados de Formação Processos individuais do Gabinete e Registos dos CNO's Processos individuais do Gabinete e Registos dos CNO's Certificados emitidos pelas entidades formadoras

			Taxa de Empregabilidade do gabinete	Registos de Colocações Registo da entrada de projectos junto das Entidades financiadoras
3	20 projectos de criação de auto-emprego elaborados até final de 2010		nº de projectos de criação de empresas nº de protocolos celebrados com entidades financiadoras	Protocolos
N.º do objectivo específico	Objectivo(s) Específico(s) do Eixo de Intervenção 2		Nº de emprego criado - emprego próprio	Nº de postos de trabalho criados
4	30% das Famílias identificadas pelo Centro de Recursos e Qualificação como problemáticas, em cada concelho, adquiriram competências pessoais, sociais e parentais, até final de 2010		Indicadores (objectivo específico) Nº de Famílias Identificadas Nº de famílias Intervencionadas Tipo de Competências adquiridas/melhoradas	Fontes de verificação Diagnóstico Processos Familiares do CRQ Relatórios de avaliação das acções realizadas

Enquadramento da Intervenção

Tendo em conta o Diagnóstico Social/Plano de Desenvolvimento Social identifique os principais problemas/necessidades

O território alvo desta intervenção é constituído por 4 concelhos pertencentes à sub-região do Vale do Ave, a saber: Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso e Trofa, abrangendo uma área total de 560 Km². De acordo com o último Recenseamento Geral da População, em 2001 residiam no conjunto destes 4 concelhos 185.506 habitantes, correspondendo a 36% da população residente na sub-região do Ave, sendo Santo Tirso o concelho com maior número de habitantes (72.396), seguido de Fafe (52.757), Trofa (37.581) e Póvoa de Lanhoso (22.772). Relativamente à distribuição da população residente por grandes grupos etários, uma média de 53,46% da população destes 4 concelhos inscreve-se faixa etária dos 0-14 anos, com uma média de 18,20% da população residente, do grupo dos 15-24 anos (média de 15,66%) e, por fim, do grupo etário dos 65+ (média de 12,69%). Assim, o conjunto destes 4 concelhos, assim como a sub-região do Ave na sua globalidade, caracteriza-se pela juventude da sua população, uma vez que cerca de 34% da mesma encontra-se na faixa etária dos 0-24 anos. No entanto, se fizermos uma comparação intercensitária (1991-2001), verificamos um decréscimo populacional na faixa etária dos 0-14 anos na ordem dos 16,52%, uma variação negativa de 7% no grupo 15-24 anos e de 20% para a população compreendida entre os 25-64 anos, o que permite antever, a médio-prazo, um considerável envelhecimento da mesma. Aliás, o único grupo etário que protagoniza um acréscimo no período inter censitário é, precisamente, o de idade superior aos 65 anos, com +32%.

Para além da juventude da sua população, a Sub-região do Ave caracteriza-se, também, pelos baixos níveis de escolarização da sua população residente, constituindo este um dos problemas referidos nos Diagnósticos Sociais dos 4 concelhos abrangidos por este projecto. De facto, de acordo com os dados do Censos 2001, em média, 7,2% da população residente nos 4 concelhos deste CLDS eram analfabetos, 40% detêm o 1º Ciclo do Ensino Básico, 17,7% possui o 2º Ciclo do Ensino Básico e, apenas, cerca de 11% possui a Escolaridade Mínima Obrigatória de 9 anos, assim como apenas 11% possui o ensino secundário completo.

O abandono e insucesso escolar da população jovem vem, igualmente, reforçar e agravar os baixos níveis de escolaridade deste território. De facto, segundo dados de 2001, 3,3% das crianças e jovens em idade de escolaridade obrigatória, dos 4 concelhos aqui analisados, não concluíram o 3º Ciclo, nem se encontravam a frequentar a escola, taxa esta superior à média registada no País (2,6%). Destaque-se, aqui, o concelho da Póvoa de Lanhoso e de Fafe com uma taxa de abandono escolar de 4,3% e 3,9%, respectivamente. Relativamente às saídas antecipadas do sistema de ensino, que se referem ao total de indivíduos com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontravam a frequentar a escola, nos 4 concelhos em análise observava-se que, em 2001, cerca de 39% destes indivíduos encontrava-se nesta situação. A este nível destacam-se, novamente, os concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Fafe, com taxas de saídas antecipadas de 46,3% e 44,7% respectivamente, taxas estas superiores à média do Vale do Ave (37,5%). Esta situação reflecte-se, igualmente, na análise dos dados referentes às saídas precoces da escola, uma vez que 58,8%, em média, dos indivíduos dos 4 concelhos com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos, não concluíram o ensino secundário e não se encontravam a frequentar a escola, destacando-se, uma vez mais, as taxas de saída precoce dos concelhos de Póvoa de Lanhoso (66%) e Fafe (63%).

Assim, pode-se caracterizar o território de abrangência deste CLDS, conforme referenciado nos respectivos Diagnósticos Sociais concelhios, como um território de escolarização muito baixa, com elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, o que se encontra relacionado com as precárias condições económicas das famílias, com a falta de valorização da escola por parte das mesmas, mas também, com a predominância de modelos predatórios das reservas locais de mão-de-obra precocemente saídas do sistema educativo. Saliente-se, por outro lado, que os baixos níveis de escolaridade quebram perspectivas futuras de qualificações mais elevadas, condenando, frequentemente, os indivíduos à situação de trabalhadores indiferenciados, o que resulta, não raras vezes em situações de pobreza e exclusão social.

O panorama descrito em matéria de escolarização da população conjugado com uma conjuntura marcada pela deslocalização de indústrias de mão-de-obra intensiva e de baixo valor acrescentado trouxe ao Vale do Ave, onde se incluem os 4 concelhos aqui analisados, uma nova vulnerabilidade – o aumento do desemprego.

De facto, o desemprego constitui um dos maiores problemas da sub-região do Ave, encontrando-se referido nos Diagnósticos Sociais dos concelhos deste projecto, situando-se a taxa de desemprego sub-regional num valor médio de 12,4%, estando 32.727 desempregados inscritos nos Centros de Emprego sediados neste território. Dos 4 concelhos abrangidos pelo CLDS, é Santo Tirso aquele que apresenta maior número de desempregados inscritos no Centro de Emprego local (6.279) e, consequentemente, uma maior taxa de população activa desempregada (16,4%), seguido da Trofa (15%), de Fafe (13,2%) e, por fim, Póvoa de Lanhoso (11,3%). Assim, todos estes concelhos, com a excepção da Póvoa de Lanhoso, apresentam taxas de população activa desempregada superiores à média da sub-região. Por outro lado, se analisarmos o número de desempregados por sexo, continuamos a constatar a feminização do desemprego no Ave, representando as mulheres cerca de 62% e 60% dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego de Santo Tirso(1) e de Fafe(2), respectivamente. Também o fenómeno do desemprego de longa duração tem vindo a aumentar, dando ao desemprego no Ave um carácter estrutural. É o Centro de Emprego de Santo Tirso que regista a maior percentagem de desemprego de longa duração, cerca de 61%, valor este acima da média do Vale do Ave (56,7%), apresentado o Centro de Emprego de Fafe uma percentagem de 53,9% a qual, apesar de se encontrar abaixo da média da sub-região, é também bastante elevada. A agravar este factor, a re-inserção profissional do desempregado-tipo desta sub-região é dificultada pelos seus baixos níveis de escolaridade e qualificação, uma vez que cerca de 75% dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Ave possuem níveis iguais ou inferiores ao 6º ano de escolaridade, assim como pela idade dos mesmos, sendo que em média 26% dos desempregados dos Centros de Emprego de Fafe e de Santo Tirso têm idade igual ou superior a 55 anos.

Num contexto de crescente desemprego, principalmente de desempregados com baixas qualificações, a insuficiência e escassez de oferta formativas de dupla certificação e de formação contínua de activos pouco qualificados, é, também, um dos problemas apontados pelos Diagnósticos Sociais dos concelhos abrangidos por este projecto, agravado pelo facto da oferta existente a este nível não ser diversificada, nem, tão pouco, se encontrar devidamente adequada às necessidades do mercado de trabalho. Aliás, relativamente a este último aspecto, é referido nos 4 Diagnósticos Sociais analisados, a necessidade de

nem, tão pouco, se encontrar devidamente adequada às necessidades do mercado de trabalho. Aliás, relativamente a este último aspecto, é referido nos 4 Diagnósticos Sociais analisados, a necessidade de se efectuarem diagnósticos concelhos de necessidades formativas, tendo em conta não apenas as fragilidades, expectativas e aspirações da população activa (empregada e desempregada) mas também, fundamentalmente, as necessidades do tecido empresarial concelho e as perspectivas de desenvolvimento estratégico territorial de médio e longo prazo.

A este nível, também não se poderá deixar de referir que estes baixos níveis de escolaridade e de qualificação da população activa repercutem-se, por diversas vezes, na dificuldade de utilização das novas tecnologias o que, numa sociedade do conhecimento, como a actual, origina um novo tipo de exclusão – info-exclusão. Torna-se, assim, necessário que as estratégias de combate ao abandono escolar, precece e antecipado do sistema de ensino, assim como as estratégias de aprendizagem ao longo da vida, promovam o uso efectivo das TIC para a inclusão e cidadania, nomeadamente, facilitando e generalizando o acesso às mesmas.

Muitas vezes consequência de situações de baixa escolarização e de baixa qualificação, bem como de situações de desemprego, a exclusão social constituiu-se como um dos problemas mais preocupantes na sub-região do Ave.

Efectuada uma análise aos diagnósticos sociais dos 4 concelhos abrangidos pelo CLDS, é-nos possível sistematizar os principais problemas sociais e identificar os grupos mais vulneráveis à exclusão. Assim, para além do problema do desemprego e de longo duração, assim como o problema do abandono e insucesso escolar, já referidos anteriormente, aparecem referenciados nos 4 diagnósticos sociais dos concelhos analisados, os problemas da insuficiência de infra-estruturas de apoio à infância e juventude, assim como o elevado número de crianças e jovens em risco. As crianças, sendo um grupo particularmente vulnerável a situações de exclusão social, exigem uma atenção especial e, como tal, o problema das crianças e jovens em risco encontra-se referenciado nos Diagnósticos Sociais analisados. Se atentarmos às problemáticas relacionadas com os processos existentes nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens dos 4 concelhos, verifica-se que a maior parte destes se encontram ligados a situações de abandono escolar, negligência, maus-tratos (físicos e psicológicos) e outras situações de perigo, nomeadamente, a exposição o modelos de comportamento desviantes. Apesar da multidimensionalidade deste problema, poderemos estabelecer uma relação entre o risco que correm as crianças e jovens e as respectivas famílias, já que a maioria dos menores em risco são oriundos de famílias com baixos ou nenhuns rendimentos, com baixos níveis de instrução escolar, com insuficientes competências parentais, entre outros. Assim, uma intervenção a este nível terá que passar, inevitavelmente, pelas famílias dos menores em risco, promovendo o aumento das competências pessoais, parentais e sociais das mesmas, como forma de prevenir outras situações indesejadas e possibilitar o bem-estar das crianças e jovens.

Um outro problema referido nos 4 Diagnósticos Sociais, que se relaciona igualmente com o problema anterior, é a inexistência de iniciativas e programas locais de combate e prevenção das toxicodependências e, por conseguinte, a necessidade de se intervir junto das famílias de modo a sensibilizá-las e a aumentar as suas competências para combaterem esta problemática.

Também a violência doméstica, fundamentalmente aquela que é exercida sobre as mulheres, aparece referenciada nos 4 Diagnósticos Sociais como um problema social, reforçando a necessidade de uma intervenção com vista a ajudar estas mulheres a saírem da situação em que vivem. Este problema aparece, por diversas vezes, associado a problemáticas já enunciadas como a precaridade sócio-económica das famílias, as situações de desemprego, de alcoolismo e toxicodependência, podendo, também, resultar em problemas como o abandono e o insucesso escolar.

Todos estes problemas exigem uma cada vez maior qualidade e maior número de respostas aos mesmos proporcionadas pelas instituições sociais locais. De facto, se por um lado é referido em todos os Diagnósticos sociais analisados a insuficiência dos equipamentos existentes, nomeadamente ao nível da infância e da terceira idade, por outro lado, é também referida a insuficiência de uma prática reiterada de concertação entre as instituições de intervenção social, apesar dos avanços conseguidos com a implementação das Redes Sociais concelhias, assim como alguma inadequação do seu funcionamento e modelos de gestão aos desafios que hoje se colocam ao nível da intervenção social. Assim, torna-se necessário sensibilizar as instituições para uma cada vez maior aproximação aos seus públicos-alvo, ouvindo e tendo em consideração as suas expectativas e necessidades, para a introdução de princípios como o da "inovação", "participação", "igualdade de oportunidades", "aprendizagem ao longo da vida", "parceria", entre outros, na definição e gestão das suas respostas e, desta forma, contribuir para o aumento de qualidade das mesmas.

Em termos de síntese, e não perdendo de vista a diversidade, multidimensionalidade e a complexidade dos problemas sociais existentes nos territórios abrangidos por este projecto, consideramos que as suas principais vulnerabilidades em termos de desenvolvimento social se centram nos seguintes grupos particularmente vulneráveis à exclusão: os desempregados, principalmente os de longa duração, os menores e jovens em risco, os idosos, os adultos e jovens com baixos níveis de escolaridade e/ou qualificação, os deficientes, as mulheres vítimas de violência doméstica, os toxicodependentes e alcoólicos.

(1) O Centro de Emprego de Santo Tirso abrange os concelhos de Santo Tirso e Trofa

(2) O Centro de Emprego de Fafe abrange os concelhos de Fafe, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho

FONTES

Diagnóstico Social de Fafe

Diagnóstico Social da Póvoa de Lanhoso

Diagnóstico Social de Santo Tirso

Diagnóstico Social da Trofa

Relatórios Mensais dos Centros de Emprego do IEFP – Maio 2007

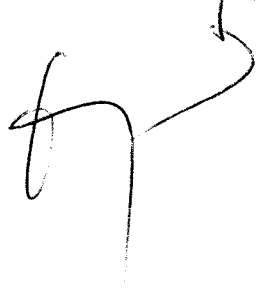
Objectivo Geral	Promover a inclusão social dos cidadãos através de metodologias fundadas em processos participados e de parcerias, mediante o desenvolvimento de actividades com carácter multidimensional
------------------------	--

Indicadores de Impacte (Objectivo Geral)		Fontes de verificação	
Taxa de emprego criado pelas actividades do projecto		Registos do Gabinete de Atendimento na Empregabilidade	
Nº de adultos que aumentam os seus níveis de qualificação		Registos do Gabinete de Atendimento na Empregabilidade	
Nº de famílias que adquiriram competências parentais e alteraram comportamentos		Processos Familiares do Centro de Recursos e Qualificação	
Nº de jovens que regressam à escola ou a percursos formativos		Processos Individuais do centro de Recursos e Qualificação	
Nº de IPSS que melhoram a sua organização e inovam nas suas respostas		Processos das IPSS envolvidas nas acções	
Nº de dinâmicas associativas criadas por públicos alvo do projecto		Registo de Associações	
Nº de pessoas (crianças, jovens, população em idade activa, idosos) info-incluídas		Certificados	
Nº de parcerias estabelecidas pelo projecto		Protocolos de parceria/Colaboração	

N.º do objectivo específico	Objectivo(s) Específico(s) do Eixo de intervenção 1	Indicadores (objectivo específico)	Fontes de verificação
1	30% da oferta formativa dos concelhos de Fafe, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso e Trofa, adequada às necessidades do mercado de trabalho, até final de 2010	<p>Diagnóstico de Necessidades Formativas/concelho</p> <p>Nº de acordos de cooperação existentes entre entidades formadoras e empresas para a formação e inserção profissional</p> <p>Nº de acções de formação realizadas/concelho que incluíram, em todo o processo, uma articulação efectiva entre entidades empregadoras e formadoras</p> <p>Taxa de empregabilidade da formação realizada em cada concelho</p>	<p>Relatórios</p> <p>Acordos de cooperação</p> <p>Candidaturas apresentadas; Planos formativos aprovados/concelho; Relatórios das Acções Formativas</p> <p>Relatórios finais das acções formativas</p>
2	50% da população activa atendida pelo Gabinete de Atendimento na Empregabilidade, adquiriram competências pessoais e profissionais necessárias à sua manutenção ou inserção no mercado de trabalho, até final de 2010	<p>Nº de pessoas atendidas pelo gabinete envolvidas em acções de formação com dupla certificação</p> <p>nº de pessoas atendidas pelo gabinete envolvidas em processos de (re)qualificação profissional</p> <p>Nº de formandos que concluíram os seus percursos formativos com sucesso</p> <p>nº de pessoas atendidas no Gabinete envolvidas em processo de RVCC</p>	<p>Processos individuais do gabinete e Listagens de Formandos das Entidades Formadoras</p> <p>Processos individuais do gabinete e Listagens de Formandos das Entidades Formadoras</p> <p>Certificados de Formação</p> <p>Processos individuais do Gabinete e Registos dos CNO's</p>

		nº de pessoas atendidas certificadas pelos CNO's do território	Processos individuais do Gabinete e Registos dos CNO's
		Nº de pessoas (re)qualificadas profissionalmente	Certificados emitidos pelas entidades formadoras
		Taxa de Empregabilidade do gabinete	Registos de Colocações
		nº de projectos de criação de empresas	Registo da entrada de projectos junto das Entidades financiadoras
		nº de protocolos celebrados com entidades financiadoras	Protocolos
3	20 projectos de criação de auto-emprego elaborados até final de 2010	Nº de emprego criado - emprego próprio	Nº de postos de trabalho criados
N.º do objectivo específico	Objectivo(s) Específico(s) do Eixo de Intervenção 2	Indicadores (objectivo específico)	Fontes de verificação
4	30% das Famílias identificadas pelo Centro de Recursos e Qualificação como problemáticas, em cada concelho, adquiriram competências pessoais, sociais e parentais, até final de 2010	Nº de Famílias Identificadas	Diagnóstico
		Nº de famílias Intervencionadas	Processos Familiares do CRQ
		Tipo de Competências adquiridas/melhoradas	Relatórios de avaliação das acções realizadas
N.º do objectivo específico	Objectivo(s) Específico(s) do Eixo de Intervenção 3	Indicadores (objectivo específico)	Fontes de verificação
5	50% da Comunidade Cigana de Santo Tirso, envolvida no projecto, capacitada para o Associativismo, até 2010	Nº de Ciganos capacitados para o Associativismo	Relatório de Avaliação Ex-ante e ex-post
		Nº de jovens envolvidos em Actividades de Ocupação de Tempos Livres, por concelho	Relatórios das actividades
		Nº de jovens capacitados para o Associativismo Juvenil	Relatório de Avaliação Ex-ante e ex-post
6	50% dos Jovens em Risco sinalizados por cada concelho capacitados para o Associativismo Juvenil, até 2010	Existência de um Centro de Ocupação Juvenil na Póvoa de Lanhoso	Centro de Ocupação Juvenil
		Existência de uma Associação Juvenil na Póvoa de Lanhoso	Associação Juvenil
		Nº de instituições que adoptaram processos de mudança	Diagnóstico Inicial e Relatório de avaliação final
7	30% das Instituições dos concelhos da Póvoa de Lanhoso, Fafe e Trofa, estão capacitadas para adoptar processos de mudança organizacional com vista a uma melhoria da intervenção, até final de 2010		
N.º do objectivo específico	Objectivo(s) Específico(s) do Eixo de Intervenção 4	Indicadores (objectivo específico)	Fontes de verificação
8	50% dos habitantes dos Bairros Sociais de Santo Tirso adquirem competências básicas em TIC, até final de 2010	Nº de habitantes dos Bairros Sociais de Santo Tirso com competências básicas adquiridas em TIC	Certificados de avaliação das competências adquiridas

9	1800 pessoas (jovens, pessoas em idade activa e idosos) dos concelhos de Fafe, Póvoa de Lanhoso e Trofa adquirem competências básicas em TIC, até final de 2010	Nº de pessoas dos 3 concelhos (Fafe, Póvoa de Lanhoso e Trofa) com competências básicas adquiridas em TIC	Certificados de avaliação das competências adquiridas
10	A população dos 4 concelhos tem acesso a informação actualizada sobre o projecto e todos os parceiros do mesmo têm uma plataforma de interacção até final de 2010	Nº de visitas ao Site Nº de documentos disponibilizados pelos parceiros no sistema de INTRANET	Registo Informático do nº de Visitas Registo Informático dos documentos



Ações dos Eixos de Intervenção obrigatórios dos CLDS aplicadas aos 1ºs 12 meses

Eixo de Intervenção 1 - Emprego, Formação e Qualificação					
Ações obrigatórias					
N.º(s) do(s) objectivo(s) específico(s)	N.º da Acção (numerado sequencialmente)	Designação das acções	Resultados		
			Metas (identificando data)	Indicadores de desempenho ou realização	
1, 2, 3	1	Gabinete de Atendimento na Empregabilidade	Gabinete criado na Trofa, com abrangência supraconcelhia, até Outubro de 2007	Existência do Gabinete	Gabinete de Atendimento na Empregabilidade
	2	Material informativo do Gabinete	Produzidos 8000 desdobráveis até Janeiro de 2008	Nº de desdobráveis produzidos	Desdobráveis
	3	Sessões de informação, sobre os serviços disponibilizados pelo Gabinete de Atendimento na Empregabilidade	25 CSF/CSIF têm acesso à informação do gabinete até Setembro de 2008	Nº de reuniões com as CSF/CSIF	Actas das Reuniões
2	4	Planos Individuais de Formação / (re)Qualificação (PIFQ)	Todas as pessoas atendidas pelo Gabinete têm um PIFQ, até Setembro de 2008 10% das pessoas com PIFQ estão envolvidas em processos formativos/RVCC, até Setembro 2008	Relação Nº de pessoas atendidas/nº de pessoas com PIFQ Nº de pessoas com PIFQ envolvidas em processos formativos/RVCC	Registos do Gabinete de Atendimento na Empregabilidade
	5	Planos Individuais de (re)Inserção no Mercado de Trabalho	Todas as pessoas atendidas pelo Gabinete têm um PIIMT, até Setembro de 2008 5% das pessoas com PIIMT estão colocadas no mercado de trabalho até Setembro 2008	Relação Nº de pessoas atendidas/nº de pessoas com PIIMT Taxa de Colocação	Registos do Gabinete de Atendimento na Empregabilidade Registos de Colocação

3	6	Empreendedorismo de base local	1 acção de formação sobre Criação de Micro-empresas realizada por concelho, abrangendo 40 pessoas, até Setembro 2008	Nº de Acções de Formação realizadas/concelho	Relatórios das Acções de Formação
			4 empreendedores recebem aconselhamento, apoio técnico e consultoria na elaboração dos seus projectos de auto-emprego, até Setembro 2008	Nº de empreendedores apoiados	Projectos de Auto-Emprego
Ações não obrigatórias					
1	7	Plataformas Interinstitucionais Concelhias para a Formação e Qualificação dos Recursos Humanos	1 Diagnóstico de necessidades formativas/concelho elaborado por cada Plataforma até Agosto de 2008	Relatórios dos diagnósticos	Diagnósticos
			1 sessão conjunta de divulgação dos resultados dos diagnósticos, na AMAVE, em Setembro de 2008	Sessão	Registo da Sessão

Eixo de Intervenção 2 - Intervenção Familiar e Parental					
Ações obrigatórias					
N.º(s) do(s) objectivo(s) específico(s)	N.º da Acção (numerado sequencialmente)	Designação das acções	Metas (identificando data)	Resultados (indicadores de desempenho ou realização)	Fontes de verificação
	9	Centros de Recursos e Qualificação	2 Centros de Recursos e Qualificação criado, em Fafe e Santo Tirso, até Outubro 2007	Existência do CRQ	CRQ

Centro de Recursos e Qualificação

	Centro de Recursos e Qualificação	Pólos
0	2 Pólos destes Centros, criados nos restantes 2 concelhos, até Novembro 2007	Relatório Final da acção
9	<p>100% das entidades com intervenção social de cada concelho foram consultadas, até Novembro 2007</p> <p>1 Relatório com informação compilada por concelho até Dezembro de 2007</p> <p>1 levantamento efectuado, por concelho, até Janeiro de 2008</p> <p>4 actividades de informação/sensibilização, até Setembro de 2008, abrangendo os 4 concelhos</p>	<p>Nº de Entidades Existentes/ Nº de Entidades Consultadas</p> <p>Relatório</p> <p>Levantamento efectuado</p> <p>Nº de Actividades dinamizadas</p>
10	<p>No mínimo 50 pessoas dos 4 concelhos são abrangidas por actividade</p> <p>80% dos 50 participantes nas actividades são elementos das famílias sinalizadas</p> <p>80% dos participantes avaliam de forma positiva as actividades</p> <p>cada pessoa sinalizada, por concelho, realiza uma consulta, por ano</p> <p>100%/ ano das pessoas encaminhadas são acompanhadas em consulta psicológica</p>	<p>Nº de participantes por actividade</p> <p>Nº de elementos participantes das famílias sinalizadas por actividade</p> <p>Nível de satisfação dos participantes</p> <p>Relação nº de pessoas sinalizadas/ nº de consultas</p> <p>Nº de acompanhamentos psicológicos/ano</p>
11	<p>Promoção da Cidadania Activa e de uma Cultura de Responsabilidade</p> <p>Informação, Orientação e Acompanhamento no âmbito da educação sexual e planeamento familiar</p>	<p>Planificação das Actividades</p> <p>Folha de Presenças</p> <p>Inquérito ou dinâmicas de avaliação</p> <p>Registos das sinalizações e das consultas</p> <p>Registos dos acompanhamentos</p>

			30% das pessoas sinalizadas, por ano, alteram os seus comportamentos face à educação sexual e ao planeamento familiar	Nº de pessoas acompanhadas/ano que alteraram os seus comportamento	Processos individuais
	12		1 acção realizada, por conceelho e por temática, até Setembro 2008, totalizando 16 Sessões e 96 de horas	Nº de acções/ conceelho/temática	Registos das acções
		Ateliers de Capacitação Pessoal, Social e Parental	50% das famílias que frequentam os ateliers melhoram as suas competências pessoais e sociais	Nº de pessoas que frequentaram os ateliers e melhoraram as suas competências pessoais e sociais	Relatórios de avaliação ex-ante e ex-post dos ateliers
			80% dos participantes avaliam de forma positiva os Ateliers	Nível de satisfação dos participantes	Inquérito ou dinâmicas de avaliação
Ações não obrigatórias					

Eixo de Intervenção 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições					
Ações obrigatórias					
N.º(s) do(s) objetivo(s) específico(s)	N.º da Acção (numerado sequencialmente)	Designação das acções	Resultados		
			Metas (identificando data)	Indicadores de desempenho ou realização	Fontes de verificação
5	13	Grupo de Dança Cigana	1 Grupo de Dança Cigana constituído, até Setembro de 2008, em Santo Tirso	Nº de Ciganos envolvidos Continuamente	Lista de presenças dos ensaios

6	14	Actividades de Ocupação de Tempos Livres	3 campos de férias e formação realizados, por concelho, até Setembro de 2008, envolvendo, pelo menos, 80% dos jovens em risco sinalizados	Nº de Jovens envolvidos e nº de Campos de Férias e Formação realizados	Folhas de Presença e registos dos Campos
Ações não obrigatórias					
7	15	Sensibilização das Instituições Locais com vista à adopção de novas práticas de intervenção	1 sessão realizada na Póvoa de Lanhoso, até Outubro 2007	Sessão	Relatório da Sessão
	16	Diagnóstico e Plano de Acção das instituições aderentes ao processo	2 das instituições da Póvoa de Lanhoso aderem ao processo de mudança	Nº de Instituições que aderem ao processo	
	17	Implementação das acções definidas no Plano de Acção elaborado (a definir)	1 diagnóstico e um Plano de acção realizados sobre as 2 instituições aderentes da Póvoa de Lanhoso, até Fevereiro de 2008	Diagnóstico e Plano de Acção	Relatório dos Diagnóstico e do Plano de Acção
			100% das acções definidas no plano de Acção, implementadas, nas Instituições, até Agosto 2008	nº de Acções Planeadas / Nº de Acções Implementadas	Relatórios de Avaliação dos Planos

Eixo de intervenção 4 - Informação e Acessibilidades

Ações obrigatórias		Resultados			
N.º(s) do(s) objectivo(s) específico(s)	N.º da Acção (numerado sequencialmente)	Designação das acções	Metas (identificando data)	Indicadores de desempenho ou realização	Fontes de verificação
8	18	Unidade Móvel de Acesso às TIC	1 Unidade Móvel de Inclusão Digital criada em Santo Tirso, até Março 2008	Unidade Móvel criada e equipada	Unidade Móvel
9	19	TIC_Itiner@nte	200 pessoas por por concelho e por ano adquirem competências digitais na óptica do utilizador	Nº de pessoas por concelho com competências digitais na óptica do utilizador	Relatório de avaliação